

## **DIA DO COMBATENTE**

**09 de Abril de 2011**

GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional Excelência

Aceite os agradecimentos dos combatentes e suas famílias por se dignar estar hoje connosco, num dia de significado histórico e marcado por uma tradição evocativa, de quase dez décadas.

Aceite igualmente os nossos agradecimentos pela atenção e permanente demonstração de compreensão e respeito, pelas causas dos combatentes e da Liga dos Combatentes em particular, que é de toda a justiça publicamente testemunhar. Estando connosco em todos os momentos importantes, sempre que para isso foi solicitado, ouvimos sempre de V. Exa. quer publicamente quer em privado, uma inteligente e lúcida palavra de incitamento e reconhecimento, garantindo em período difícil, os apoios possíveis.

Uma referência muito especial para o Professor Doutor Eduardo Lourenço. Convidado para estar connosco hoje, para proferir a tradicional oração junto do túmulo do soldado desconhecido, fê-lo afirmativamente de uma forma cativante, agradável e simples, tendo-se deslocado propositadamente para o efeito, vindo de Paris. Ao menino da Luz, ao imérito professor e pensador do nosso tempo, o profundo agradecimento dos combatentes.

Os nossos respetos a sua Excelência Reverendíssima o Bispo das Forças Armadas e de Segurança D, Januário Torgal Ferreira por mais uma vez, e já o faz pela décima oitava vez, estar connosco no dia do Combatente.

Exmos. Senhores

Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas

Está mais uma vez connosco nesta cerimónia. Hoje pela primeira vez nas atuais funções pelo que os combatentes lhe agradecem e o felicitam.

Agradecemos igualmente aos Exmo. Senhor Chefe de Estado-maior do Exército por se dignar comparecer mais uma vez neste dia de tradição e história e ao Senhor Almirante Chefe de Estado-maior da Armada, Chefe de Estado Maior da Força Aérea e Comandante Geral da GNR, que estão connosco pela primeira vez, nas atuais funções, os desejos das maiores felicidades e agradecimentos dos combatentes.

Exmo. Senhor General Chefe da Casa Militar de Sua Exa. o Presidente da Republica

Exmo. Senhor General Presidente das Ordens Honoríficas Militares Portuguesas

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Batalha

Senhores Almirantes, Generais e Diretor Gerais

Ilustres Convidados nacionais e de países amigos

Dirigentes do Movimento Associativo

## Minhas Senhoras e meus Senhores Combatentes

Evocamos hoje o esforço da Nação portuguesa e das suas Forças Armadas, na defesa dos interesses considerados politicamente vitais de Portugal, ao longo do século vinte.

Vimos mais uma vez à Batalha e ao túmulo do Soldado Desconhecido, evocando o 93.º aniversário do nove de Abril de 1918. Como sempre, recordando o contributo do nosso país para, no início desse século, conseguir a Paz na Europa.

Mas este ano, importa sobretudo sublinhar duas efemérides igualmente históricas e com ele relacionadas:

- *Os 75 anos que se perfazem hoje da colocação na sala do capítulo do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, dos corpos de dois soldados desconhecidos.*
- *Os 50 anos que, no corrente ano se perfazem do início dos acontecimentos em Angola, e do sacrifício pedido à Nação portuguesa e aos seus militares, do quadro, milicianos e do serviço militar obrigatório, de terra, mar e ar, durante cerca de catorze anos e relacioná-lo, com o esforço feito em África, em Angola e Moçambique, nos anos de 1914 a 1918.*

Há precisamente 75 anos um cortejo Presidencial, saído de Lisboa, com todas as honras, cumpria decisão tomada de colocar neste espaço, símbolo de independência nacional, com o assentimento de todo o povo português, os corpos de dois Soldados Desconhecidos. Um Caído na Flandres, outro caído em Moçambique.

Desses, de cujo nome não reza a história. Desses, que representam miríades de portugueses desconhecidos que construíram Portugal. Desses, que se misturam com o azeite oliva, as cearas dos campos, as bigornas dos fornos ou as secretárias dos serviços e foram, são ou poderão vir a ser Soldados de Portugal. Um dia foi-lhes pedido que trocassem o arado, a bigorna ou a caneta por uma arma e defendessem valores e interesses no momento considerados vitais do país. É por eles e pelos valores da Pátria por que se bateram que a Liga dos Combatentes aqui vem há 75 anos. É por eles e pelos valores da Pátria por que se bateram que evocamos o 93º aniversário da Batalha de La Lys.

Mas no corrente como já afirmei decorre o 50 aniversário do início da guerra em África e também a queda da Índia. Mais uma vez, queremos a evocar o 4 de Fevereiro e 15 de Março de 1961 em Angola. Será momento para sublinhar mais uma vez este recente esforço em África e relacioná-lo com o esforço igualmente realizado durante I GG neste espaço geográfico.

A Liga dos Combatentes e as Associações dos Combatentes, com núcleos duros de cidadãos que, sobre os acontecimentos mais recentes referidos, falam ainda na primeira pessoa, não esquecem e por isso o testemunham, na certeza que estão interpretando não só o sentimento dos seus membros, mas também o sentir de todo o Portugal profundíssimo.

A Evocação de hoje engloba sobretudo a homenagem sentida a todos os vivos, a todos os mortos e a todas as vítimas envolvidas nessas guerras em África, no século XX.

Temos a dimensão ética, democrática e humana para hoje, nessa homenagem, invocarmos vencedores e vencidos, amigos e adversários de então, num conceito de partilha de memória que nos engrandece e nos permite aceitar, com honra, de cabeça erguida, tudo quanto fizeram os nossos antepassados e tudo quanto fez a nossa geração, na defesa e ao serviço de Portugal.

Respeitemo-nos a nós próprios e saberemos respeitar e compreender o nosso inimigo de então. A História é muitas vezes cruel para com aqueles que se bateram e benévola para com aqueles que os mandaram bater-se. Diz-nos a História universal que a política pode perder uma guerra, mas a responsabilidade última desse resultado, recai sempre sobre os militares. O mesmo nos diz a História recente de Portugal.

Na preparação militar para a IGG, as Forças Armadas fizeram o chamado “milagre de Tancos”, na preparação da reação militar aos acontecimentos de Angola fizeram o chamado “milagre para Angola rapidamente e em força” e nesse mesmo ano, foi-lhes determinado que fizessem o impossível e desumano “milagre da Índia”.

Todos, com as responsabilidades políticas conhecidas.

Todos, com as consequências militares e civis por estes sentidas.

Nos finais do século dezanove e princípios do século vinte a comunidade internacional desenhava os grandes conceitos políticos relativamente a África e estabelecia que os países europeus, nomeadamente Portugal, ou ocupavam os territórios de Angola e Moçambique ou perdiam a soberania que sobre eles exerciam havia séculos.

Ou seja: - Ou ocupavam ou abandonavam.

Paradoxalmente, cinquenta anos depois, a mesma comunidade internacional defendia outras regras políticas, que em síntese se resumiam:- Quem ocupa tem que abandonar. E quem sofreu com estas sinusoidais políticas internacionais? Os portugueses do século XX e os seus soldados.

Na I GG, ocupando e defendendo no espírito da conferência de Berlim, as fronteiras desses territórios contra um invasor europeu. As condições desumanas e heroicas em que os portugueses se bateram, as pesadas baixas sofridas em combate e por

doença e os resultados positivos obtidos, garantindo as fronteiras que ainda hoje demarcam Moçambique, têm sido pouco assinaladas, merecendo ainda hoje investigação, aprofundado estudo e informação da juventude e do povo português.

A IGG para os portugueses não decorreu apenas na Flandres, foi também sangrenta, nas terras do Rovuma e do Niassa e noutras paragens africanas. Cinquenta anos depois, a mesma comunidade internacional impunha-nos agora que desocupássemos e por isso foi politicamente decidido que voltássemos a ter que fazer a guerra.

Quem ler as descrições das operações em Moçambique, nos confrontos com o exército alemão, e se interrogar hoje sobre o que é heroicidade, inspire-se nos feitos então praticados pelos soldados portugueses, para que as fronteiras de Moçambique se mantivessem e acabassem por serem hoje, a realidade de um jovem país.

Em condições infra humanas conduziram uma campanha de que pouco se fala, mas onde se pediram e praticaram esforços sobre-humanos. Por outro lado, quem ler e analisar, sem sofismas, os conceitos e objetivos da Estratégia Geral Militar e da Estratégia Operacional conduzidas durante a Guerra do Ultramar 1961/1974 e se debruçar sobre as operações conduzidas, imediatamente reconhecerá, como já reconheceram escritores estrangeiros, como John Cahn, que houve de facto um “modo português de fazer a guerra”.

Esse modo, diremos nós, foi um modo que empregou a violência contra a violência, quando necessário, mas em que o objetivo permanente e fundamental, daquelas estratégias, foi sempre a proteção e conquista das populações, contendo e limitando os espaços de guerrilha e, por outro lado, lutando pelo desenvolvimento desses territórios e apoio das suas populações.

É esse, ainda hoje, o sentimento do cidadão africano que conheceu o soldado português. Recordo a diretiva de um comandante-chefe de então, o General Costa Gomes que determinava: “ A guerra deve ser conduzida da forma mais humana possível”.

Os que como nós lá estivemos, sabemos que foi assim. Que os militares portugueses interpretaram o modo português de fazer a guerra, adotando uma estratégia operacional de apoio às populações que os deve orgulhar. Sabem também, que sem terem que adjetivar a guerra, ela foi e teve afinal, os ingredientes de uma verdadeira guerra de guerrilhas, uma das últimas fases do processo que então se chamava de subversão e que alimentou todos os processos de descolonização. Sofreram-na os militares, como a sofreram as populações que defenderam.

Cidadãos fardados bateram-se às ordens seu país. Os mesmos devem pois ser apresentados à juventude de hoje, nas escolas e nas universidades, não como

“aqueles que fizeram uma guerra colonial injusta”, mas como aqueles que, tendo que fazer uma guerra, determinada pelo poder político então vigente, a fizeram no respeito dos princípios constitucionais do Portugal de então, da forma mais humana possível e que garantiram ao poder político, que a decidiu fazer, o tempo estratégico mais que suficiente, para a sua solução por outros meios. Solução que nunca chegou.

A saturação e esgotamento desse tempo estratégico, conseguido pelos militares, mais que suficiente para a resolução do problema político, conduziria ao ponto de terem de ser eles próprios, cidadãos fardados, a terem que terminar com a guerra, dando ao país o 25 de Abril.

Homenageemos pois hoje aqueles que, no cumprimento de um dever militar, se bateram fazendo a guerra ou acabando com ela e estão vivos. Homenageemos aqueles que se bateram no cumprimento de um dever militar e estão mortos. Homenageemos todos aqueles que sofreram a guerra e dela foram vítimas, vendo as suas vidas traumatizadas, afetadas ou destruídas ou os seus bens danificados ou perdidos.

Respeitemos, com verdadeiro espírito de tolerância e de partilha de memória os que em África, contra nós se bateram e as suas vítimas. Mas também hoje aqui devemos evocar o 50 ° aniversário da queda do Estado Português da Índia, em Dezembro de 1961, e homenagear os que ali caíram ou ali foram feitos prisioneiros. Mais uma vez os cidadãos fardados foram utilizados de forma menos correta e sem lhes terem sido postos à disposição os meios mínimos para lhes ser exigida a vida, determinando-lhes, o poder político, para se baterem sem condições mínimas para o fazerem.

Destes acontecimentos, vividos ao longo do século vinte, muito se tem escrito, mas importa que se estude e investigue bastante mais, de forma isenta, sobretudo com o objectivo da aprendizagem de lições da História, que sirvam de lições aprendidas para decisões futuras. Sobretudo decisões ao nível político que envolvam a complexa opção de fazer ou não fazer a guerra. De participar ou não participar. De garantir ou não garantir os meios para que isso seja possível. De se tomarem ou não tomarem decisões que exijam novos “milagres”.

Dá a sempre imperiosa necessidade de um Conceito Estratégico Nacional escrito e adaptado à nossa realidade e que sirva de obrigatória orientação de decisões políticas em questões de Defesa Nacional e não de documento que imediatamente se esquece e se não cumpre uma vez elaborado. As evocações dos momentos, como os de hoje, que marcam a História dos soldados de um povo, devem servir para isso mesmo. Para que se não repitam os erros da História. Para que se não criem as condições que tornem impossível uma resposta responsável a situações imprevisíveis, mesmo que improváveis.

Em questões de Defesa Nacional só exigindo responsabilidade aos responsáveis, que nos termos da lei, são os definidores das ameaças ao país e aos que por lei as têm que minimizar e resolver, após disporem dos meios adequados para isso, se pode responder adequadamente e tranquilizar quem defendemos. As opiniões públicas e doutrinas de defesa nacional não podem surgir por aproveitamentos particulares de vazios e de oportunidades que este ou aquele observatório possa alimentar ou iludir. Só assim os portugueses poderão continuar a dispor do sentimento de que estarão garantidos dois dos objetivos fundamentais e vitais de qualquer sociedade: - A Segurança Nacional e o seu contributo para o Bem-estar.

Minhas senhoras e meus senhores  
Combatentes

No 50º aniversário do ano em que se iniciaram os acontecimentos que marcaram as nossas vidas e decidiram uma viragem profunda na História de Portugal, assumamos a História.

Sem a necessidade de a reescrever porque fomos nós que a escrevemos. Evoquemos com honra e com orgulho o esforço da Nação Portuguesa e das suas Forças Armadas, que aqui saudamos, na Guerra do Ultramar. Lastimemos termos tido que fazer uma guerra para atingir objetivos políticos. Partilhemos as memórias e homenageemos todos os vivos, todos os mortos e todas vítimas envolvidas nesses conflitos.

Hoje temos uma certeza. A História de Portugal não nos esquecerá. E os portugueses, a juventude de hoje e de amanhã, encarregar-se-á de ir recordando o que nós, combatentes do século XX, fizemos e continuaremos a fazer pelo nosso país.

Permitam-me que termine dedicando a todos ao que nos deixaram, camaradas de armas ou entes queridos, um poema de Sophia de Mello Anderson que nos diz:

*“Nem terror  
Nem lágrimas  
Nem tempo  
Me separarão de ti  
Que moras para além do vento”*

Vivam os Combatentes por Portugal, Viva Portugal.